

Investment Protection in Brazil

Editores: Daniel de Andrade Levy, Ana Gerdau de Borja e Adriana Noemi Pucci

DIEGO BRIAN GOSIS

Of Counsel, Gomm & Smith, Miami, EUA e Of Counsel, Guglielmino & Asociados, Buenos Aires, Argentina. Diego Brian Gosis agiu como advogado de parte ou árbitro em mais de 40 processos arbitrais, incluindo como advogado de diversos estados latino-americanos em arbitragens de investimento.

[LEVY, Daniel de Andrade; BORJA, Ana Gerdau de; PUCCI, Adriana Noemi (coord.). *Investment Protection in Brazil*. Kluwer Law International, 2013]

A obra comentada, interessante, atual e necessária, propõe uma série de respostas ao crescente questionamento sobre as vantagens e desvantagens do Brasil adentrar no sistema internacional de proteção substantiva e arbitral dos investimentos estrangeiros. Face ao papel que desempenha no cenário global, discute-se com mais frequência a situação dos investimentos *outbound* e *inbound* no Brasil, à luz da inaplicabilidade de normas de fonte internacional – tratados ou regras de direito consuetudinário – e as semelhanças destas com o direito interno disponível. Integra o belo cardápio literário a análise da regulação específica de certos setores no Brasil que compõem o *corpus* de normas de direito econômico relevante às situações de investimento.

Participam da obra coletiva, capitaneada pelos coordenadores do grupo de arbitragem de investimento do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), os maiores e mais ativos representantes da nova geração de arbitralistas no Brasil, muitos dos quais treinados nos *campi* de instituições acadêmicas internacionais mundialmente renomadas. A relevância do temário escolhido e do amplo escopo acadêmico e profissional dos autores revela-se nos prólogos de Yves Derains, Arnoldo Wald e Luiz Olavo Baptista, reconhecidos decanos das comunidades arbitrais local e internacional.

A primeira seção inclui contribuições de Paulo Macedo Garcia Neto; Daniel de Andrade Levy e Rodrigo Moreira; Daniel M. C. Barbosa e Pedro Martini; e Adriana Noemi Pucci, respetivamente. Nesta, discute-se a atual conjuntura geopolítica e legal, o importante papel do Brasil no mapa econômico moderno e a mudança de um paradigma de importação de capitais estrangeiros para um modelo tanto receptor como exportador de fluxos de investimento.

As perguntas respondidas visam a focar na realidade enfrentada por empresas estrangeiras no Brasil e de companhias brasileiras no exterior com vistas

à proteção dos investimentos daí advindos; em especial sobre a conveniência do acesso ao sistema de arbitragem de disputas envolvendo investidor estrangeiro e estado soberano, por meio de instrumentos internacionais assinados entre os estados de origem e de destino do investimento com vistas à proteção do investidor privado do estado de origem.

A segunda seção inclui contribuições de Gustavo Fernandes de Andrade e Gustavo Henrique Justino de Oliveira; Daniel Tavela Luis e Luis Antonio Gonçalves de Andrade; Ana Gerdau de Borja, Maria da Graça de Almeida Prado e Priscila Knol Anymone; e Eliana Baraldi e Jorge Vargas Neto, respectivamente. Os já renomados autores analisam os diferentes *standards* substantivos do tratamento aos investimentos – os quais, no caso do Direito brasileiro, não distinguem entre investimentos estrangeiros ou de fonte nacional.

Os quatro capítulos contidos nesta seção comparam o escopo e efeito das obrigações substantivas assumidas pelos Estados na seara internacional, com o das regras equivalentes de Direito brasileiro, e analisam a situação particular das parcerias público-privadas que veiculam a participação do capital privado nos desenvolvimentos de infraestrutura de grande escala no atual estágio do direito administrativo brasileiro.

Na terceira seção, a obra contém trabalhos de Rafael Villar Gagliardi, Camila Biral Vieira da Cunha e Daniel Hossni Ribeiro do Valle; Bruno Balduccini e Amina Akram; Henrique Rabello de Carvalho e Karina Haidar Müller; e Nathalia Mazzoneto, respectivamente. Os autores, a exemplo dos demais, propõem discussões de relevante teor prático pertinente à regulação de certas atividades, bem como a relação entre as regras vindas de outras fontes do Direito brasileiro com aquelas geradas no campo do direito internacional dos investimentos.

Essas contribuições tratam, com grande dedicação, as situações particulares do setor energético que tem, no Brasil, um dos maiores horizontes de geração de petróleo e seus derivados em decorrência das reservas do pré-sal, bem como do setor bancário o qual, mesmo diante da imensidão da carteira financeira brasileira, tem modesta participação dos atores estrangeiros. A bem lançada obra também se debruça na análise da encruzilhada de caminhos entre as regras de *compliance* do direito político comparado, dos direitos humanos e do direito internacional dos investimentos. Por fim, trazem a lume a regulação dos direitos de propriedade intelectual da perspectiva brasileira face ao direito internacional dos investimentos.

Acompanham os trabalhos compilados uma útil e detalhada relação de peças bibliográficas, com o texto das seções relevantes da Lei Brasileira de Arbitragem, o que resulta em indispensável material para quem se interessa ou já estuda e trabalha na área do direito internacional brasileiro.

Em conclusão, a obra ora comentada contém, para grande benefício dos mundos acadêmico e profissional, local e estrangeiro, uma visão moderna, am-

pla e detalhada dos aspectos mais importantes da matéria do direito internacional de investimentos a partir da perspectiva brasileira. Como um advogado argentino, sediado em Miami, que há muito trabalha com o tema, é um orgulho e prazer ter sido convidado a comentar tão importante iniciativa legal literária, a qual, seguramente, será obra obrigatória nas estantes daqueles que se dedicam ou hão de se dedicar ao tema.